

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### OFFICER S.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo de Recuperação Judicial nº. **0264949-12.2021.8.19.0001**, em trâmite perante a 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

#### PREÂMBULO

O presente Plano de Recuperação Judicial é apresentado obedecendo o quanto disposto no artigo 53 da Lei de Recuperação e Falência, Lei n.º 11.101/05, perante o juízo em que se processa a Recuperação Judicial da empresa **OFFICER S.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) ("OFFICER")**, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 71.702.716/0001-89, com endereço à Av. Sagitário, nº 138, 8º Andar, conjuntos 801A, 805ª, 814ª e 818ª, Torre 1, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri/SP, CEP 06.473-073.

*“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.*

Art. 47, Lei n. 11.101/2005

## Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>   | <b>4</b>  |
| <b>2. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>  | <b>6</b>  |
| 2.1. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....   | 6         |
| 2.2. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E RAZÕES DA CRISE .....   | 7         |
| <b>3. DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA RECUPERANDA .....</b>   | <b>12</b> |
| 3.1. MEDIDAS E OBJETIVOS BÁSICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....  | 12        |
| <b>4. DA REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 53, I da LRE) .....</b>  | <b>15</b> |
| 4.1. PREMISSAS BÁSICAS .....  | 15        |
| 4.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVA .....   | 19        |
| 4.3. MEDIDAS FINANCEIRAS .....  | 20        |
| <b>5. DO PAGAMENTO AOS CREDITORES .....</b>   | <b>20</b> |
| 5.1 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PAGAMENTO DOS CREDITORES .....   | 20        |
| 5.2 DA DESTINAÇÃO DOS CRÉDITOS DE PIS/COFINS CONSTITUÍDOS EM FAVOR DA<br>OFFICER PARA A ACELERAÇÃO DOS PAGAMENTOS .....           | 21        |
| 5.3 CREDITORES TRABALHISTAS .....   | 23        |
| 5.2. CREDITORES DETENTORES DE GARANTIA REAL, QUIROGRAFÁRIOS, E ENQUADRADOS<br>COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ..... | 28        |
| <b>6. CREDITORES COLABORADORES .....</b>  | <b>29</b> |
| <b>7. OPERAÇÕES ENVOLVENDO O FINANCIAMENTO DA EMPRESA .....</b>   | <b>34</b> |
| 7.1 “DIP FINANCING” .....   | 34        |
| <b>8. FORMAS ALTERNATIVAS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA .....</b>   | <b>36</b> |
| 8.1 UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA (UPI) .....   | 36        |
| <b>9. CONCLUSÃO .....</b>   | <b>37</b> |

## 1. DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Os termos utilizados em letras maiúsculas, sempre que descritos neste Plano, terão os significados que lhes são atribuídos, conforme é apresentado a seguir:

- **“RECUPERANDA”** ou **“OFFICER”** - OFFICER S.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL);
- **“ADMINISTRADOR JUDICIAL”** – Conforme despacho exarado pelo Juízo da Recuperação (nos termos do Capítulo II, Seção III, da Lei de Recuperação Judicial e Falência), foi nomeada a sociedade de advogados MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.863.392/0001-07, com sede na Rua da Assembleia, nº 40, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na pessoa do Dr. Júlio Matuch de Carvalho;
- **“APROVAÇÃO DO PLANO”** – Significa a aprovação do presente Plano em Assembleia Geral de Credores na data estipulada, ou por meio da apresentação de termos de adesão subscritos por credores em atenção ao quórum legal estabelecido pelo artigo 45 da Lei 11.101/05;
- **“ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES”** ou sigla **“AGC”** – Assembleia formada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da Lei 11.101/05 a qual é composta pelos credores relacionados no art. 41 da LFE;
- **“CREDITORES”** – Abrange todos os credores concursais sujeitos, independentemente de sua Classe (I, II, III, IV);
- **“CRÉDITOS SUJEITOS”** E **“CRÉDITOS NÃO SUJEITOS”** – Conforme o art. 49 da Lei 11.101/05 estão sujeitos à Recuperação Judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Ficam excluídos, portanto, os créditos “não sujeitos”, denominados de créditos extraconcursais, créditos fiscais e aqueles descritos no art. 49 §§ 3º e 4º;

- **“CREDORES DA CLASSE I”** – Significam os credores titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;
- **“CREDORES DA CLASSE II”** – Significam os credores titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) com garantia real;
- **“CREDORES DA CLASSE III”** – Significam os credores titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE) quirografários, com privilégio especial, privilégio geral ou subordinados;
- **“CREDORES DA CLASSE IV”** – Significam os credores titulares de créditos (definidos no Capítulo II, Seção IV, Art. 41 da LRE, incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) enquadrados como microempresas ou empresa de pequeno porte;
- **“HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO PLANO”** – Diz respeito à decisão judicial proferida pelo Juízo que concede a Recuperação Judicial nos termos do art. 58 da LRE, homologando os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores em AGC ou pela apresentação de Termos de Adesão;
- **“JUÍZO DA RECUPERAÇÃO”** – Refere-se ao D. Juízo da 1ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro;
- **“LRE”** – Sigla da Lei de Recuperação de Empresas (Lei n. 11.101/05);
- **“PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL”, “PLANO”** ou a sigla **“PRJ”** – o presente documento, elaborado e apresentado em conformidade ao conteúdo do art. 53 da LRE;
- **“QUADRO GERAL DE CREDORES”** ou a sigla **“QGC”** – significa a relação de credores consolidada e homologada conforme o art. 18 da LRE;
- **“RECUPERAÇÃO JUDICIAL”** ou a sigla **“RJ”** – Processo de Recuperação Judicial nº **0264949-12.2021.8.19.0001**, em trâmite perante a 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro;
- **“AI”** – Significa Ativo Imobilizado, que é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizado por apresentar-se na forma

tangível (edifícios, máquinas etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 2.1. OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em cumprimento ao art. 53 da Lei 11.101/05, o Plano de Recuperação Judicial é apresentado aos **CREDORES** em 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento do pedido de Recuperação Judicial. Nessa linha, o presente documento tem como principais objetivos:

- **Preservação da Atividade Econômica e Social.** Demonstrar e garantir a sobrevivência da **OFFICER** como fonte geradora de empregos e renda, tributos e riquezas.
- **Causas da Crise.** Explanar e compreender as origens concretas da crise econômica e financeira que atinge a **OFFICER** e que a levaram a solicitar o auxílio da Recuperação Judicial.
- **Interesse dos Credores.** Atender aos interesses dos credores no que tange a liquidação dos créditos sujeitos e não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, conforme os meios de pagamentos estabelecidos neste Plano.
- **Reversão da Crise Econômica e Financeira.** Permitir a suspensão do estado de crise vivenciado pela **OFFICER**, através da reestruturação do fluxo de caixa e do seu resultado econômico, além de viabilizar a empresa e promover a geração de caixa a serviço do pagamento da dívida concursal e extraconcursal.
- **Reestruturação Operacional.** Demonstrar os meios a serem utilizados para reorganização das atividades operacionais com objetivo de maximizar a rentabilidade do negócio, através da execução do Plano de Melhorias Operacionais.
- **Viabilidade da Recuperanda.** Apresentar as premissas, meios e formas de viabilização da **OFFICER**.

- **Necessidade de Capital de Giro.** Apresentar e propor condições para novas captações de recursos como forma de suprir as necessidades de capital de giro.

A Lei n.º 11.101/2005, por meio do art. 47, positiva e estabelece a essência da recuperação judicial de empresas em crise econômico-financeira, ou seja, visa à manutenção do negócio e do emprego dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos.

Assim, nos termos do art. 53 da referida Lei, a **OFFICER** vem, por meio do presente instrumento, apresentar seu **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

Para elaboração do Plano de Recuperação, a administração da **OFFICER**, com extrema vontade e empenho para atingir seus objetivos, contou com a participação de consultoria financeira especializada. Além disso, contou também com a prestação de serviços dos colaboradores da empresa.

Sendo assim, apresenta este Plano de Recuperação Judicial, elaborado com estrita observância do espírito norteador da Lei de Recuperação de Empresas, visando buscar um direcionamento e ponto comum entre a relevante função social da **OFFICER** e os interesses dos seus credores, convergindo desta forma no espírito principal da Lei.

O **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** é apresentado com todas as premissas aplicadas para a sua construção, incluindo a projeção de resultados e fluxo de caixa para os próximos exercícios, o que permite uma visualização clara e objetiva do desempenho econômico-financeiro durante a sua vigência e, consequentemente, sua viabilidade e capacidade de pagamento a seus credores.

## **2.2. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA E RAZÕES DA CRISE**

Fundada em 1993 com um forte ideal, a **OFFICER** surgiu como uma revendedora dos primeiros computadores pessoais fabricados no Brasil e rapidamente avançou na exploração de outras oportunidades existentes no setor. Com fundamento na Lei 6.604/76, a OFFICER foi constituída sob o tipo societário de Sociedade por Ações de capital fechado, nos termos específicos de seu estatuto social.

Em sua trajetória com quase 30 (trinta) anos de história, a OFFICER foi uma das maiores distribuidoras de produtos e de soluções de tecnologia do País, distribuindo as

principais marcas globais para mais de 12 mil (doze mil) revendedores, com atuação e impacto indireto em mais da metade dos municípios brasileiros.

Atua preponderantemente no mercado de importação, exportação e distribuição de softwares e programas de computador, assim como no mercado de atacado e varejo de computadores, periféricos, acessórios, peças, aparelhos eletrônicos em geral, eletrodomésticos, dentre outros.

Atendeu aproximadamente 800 mil CNPJ's e 80 mil revendas desde o ano de 2012, sobretudo por meio da operação de suas mais variadas filiais em diversos estados do País.

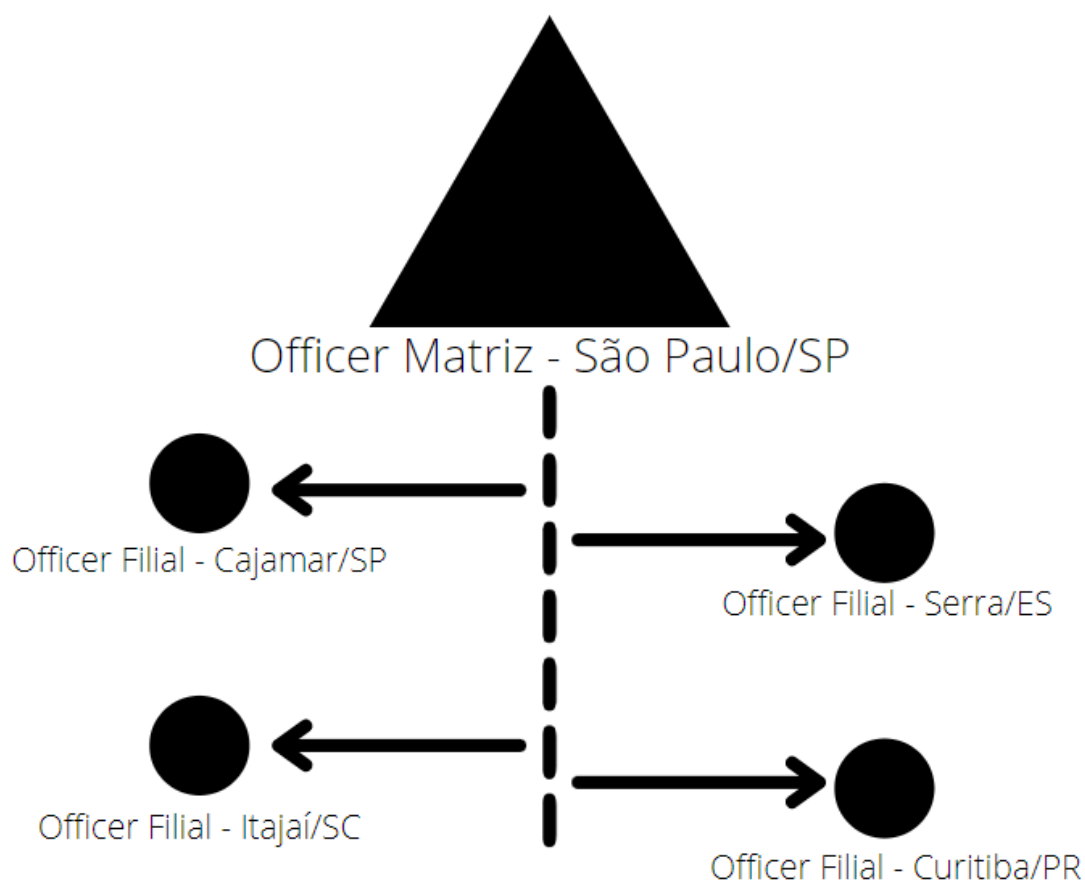
A OFFICER manteve crescimento ininterrupto, capitalizando oportunidades no mercado de Tecnologia da Informação no Brasil e expandindo seu portfólio e alcance mercantil.

Detentora de relacionamentos sólidos com os maiores fabricantes mundiais de tecnologia, a OFFICER confere uma ampla gama de produtos tecnológicos (incluindo *hardwares*, *softwares*, equipamentos móveis, *games* e produtos voltados à automação).

Aludidos relacionamentos comerciais atrelados à sua elevada capacidade logística e a excelência no desenvolvimento de seus negócios asseguraram à OFFICER posição de destaque no mercado de distribuição de tecnologia no Brasil, reconhecida como líder em vendas de produtos de tecnologia com alto giro e sendo referência nacional, contando com 3 (três) centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Paraná e Espírito Santo, atendendo a mais de 12 (doze) mil revendas ativas e mais de 270 (duzentos e setenta) mil entregas realizadas em mais de 2.800 (dois mil e oitocentos) municípios no Brasil anualmente.

A estrutura organizacional da OFFICER, atualmente, é delineada da seguinte forma:





Diante da obtenção de tratamento em "Regime Especial" nestes Estados, há uma redução significativa dos elevados custos tributários, principalmente de ICMS – Substituição Tributária –, o que confere maior competitividade à OFFICER em suas operações.

A estratégia empresarial da OFFICER nos últimos anos rendeu-lhe o reconhecimento não só de seus clientes, mas também de publicações especializadas, como a Revista Exame e CRN<sup>7</sup>.

No ano de 2012, a OFFICER chegou a contar com mais de 400 (quatrocentos) colaboradores, o que lhe garantiu presença no seletor grupo das 500 Maiores Empresas do Brasil.

A receita bruta da OFFICER naquele ano superou o marco de R\$ 1,8 bilhões, representando crescimento de mais de 29% em comparação ao ano de 2011 e de 78% em relação ao ano de 2010.

No entanto, o crescimento acelerado de suas atividades nos primeiros anos da década passada, aliada à eclosão de crise política e econômica no Brasil nos anos de 2013 e 2014, levou a OFFICER a se socorrer dos benefícios legais albergados pela Lei 11.101/05, pela primeira vez em sua história (processo nº 0423706-17.2015.8.19.0001 - 1ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro).

Assim, a partir do ano de 2015, o processo de reestruturação outrora deferido proporcionou à empresa um reequilíbrio transitório em sua saúde financeira. Viabilizou-se à OFFICER a negociação de seu passivo junto aos seus credores, o que culminou na aprovação e homologação de seu Plano, concedendo-se a Recuperação Judicial em 31.08.2016.

Após a certificação judicial do cumprimento de suas obrigações assumidas no bojo do Plano, a Recuperação Judicial anterior foi encerrada por sentença na data de 19.12.2018.

Contudo, considerando a crise econômica e sanitária decorrente da COVID-19, em março de 2020, tem-se que seu primeiro projeto de reestruturação não foi suficiente para a retomada projetada de suas operações.

Deveras, pelas razões que serão expostas adiante, nos últimos anos, precipuamente em razão da pandemia mundial da COVID-19, a OFFICER passou a enfrentar uma crise econômico-financeira, que interrompeu o ciclo de crescimento ininterrupto verificado nos anos anteriores, inclusive viabilizados pelo último projeto recuperacional.

Isso porque, com o decorrer do ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS, declarou que a contaminação com o Coronavírus (COVID-19) se caracteriza como pandemia, verificando o risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea sem limitação a locais que já tenham sido identificados como de transmissão intensa.

No Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 (Ministério da Saúde), verifica-se que as medidas necessárias para evitar a proliferação e contágio demandam restrição de contato e de circulação nos espaços

urbanos ou rurais. O isolamento social em domicílio é, portanto, a medida oficialmente adotada como política pública de combate à pandemia.

Todo esse cenário **aponta para um grande impacto financeiro na vida de milhares de famílias e empresas**, bem como as empresas em âmbito nacional.

Se não houve circulação de pessoas por considerável período, dado o isolamento social e a quarentena, tornou-se drasticamente reduzida a circulação de renda usual e, com o encerramento de atividades comerciais, da mesma forma, tornou-se impossível perceber renda para quem com ela sobrevive.

Os deletérios efeitos da pandemia da COVID-19 seguem marcando a realidade empresarial brasileira (e mundial) no ano de 2021, sendo notórios os efeitos do impacto da crise na economia nacional.

Como é cediço, mundialmente observou-se o agravamento da situação da já declarada Pandemia do COVID-19, conhecido como “Coronavírus”, que vem impactando severamente a economia em nível mundial.

Como conseqüência, alguns segmentos, como o de distribuição, foram demasiadamente impactados, sendo que a extensão dos prejuízos é ainda imensurável.

Devido à gravidade vivenciada, a Organização das Nações Unidas – ONU, elaborou relatório atestando acerca do choque causado pela crise<sup>8</sup>, considerada “a pior crise sistêmica já vivida no planeta desde a criação das Nações Unidas”, sendo incontroversa a recessão mundial hodierna<sup>9</sup>:



Nesse cenário, não se vislumbrou outra solução senão ajuizar pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** como meio hábil para soerguer as atividades empresariais, cujo presente Plano possibilitará a reordenação do passivo, fazendo com que a **OFFICER** retome sua estabilidade e, posteriormente, seu notório crescimento econômico, cumprindo sua função social ao manter fonte geradora de empregos e tributos, equilibrando a economia local e restabelecendo a ordem econômica.

### 3. DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA RECUPERANDA

Assim, expostos os motivos da reversível crise econômica da **OFFICER**, passa-se a mostrar a sua viabilidade, especialmente do ponto de vista mercadológico, para, depois, expor a estratégia de recuperação que terá por fim possibilitar a continuidade da empresa, mantendo assim, uma grandeza no que diz respeito a empregos diretos e indiretos, a fonte geradora de tributos, o equilíbrio da economia local, dentre outros aspectos que melhor serão analisados no momento oportuno.

#### 3.1. MEDIDAS E OBJETIVOS BÁSICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** da **OFFICER** terá o objetivo de reestruturar a empresa com a finalidade de gerar o necessário fluxo de caixa positivo para cumprir o plano de recuperação, por meio das seguintes premissas:

- Os interesses das partes envolvidas sejam tratados de forma justa, razoável e equilibrada;
- A **OFFICER** gerirá suas operações de forma planejada e inteligente, permitindo equacionar suas dívidas passadas aos custos operacionais correntes, atingindo a finalidade precípua da Lei 11.101/05;
- Os problemas administrativos e comerciais da **OFFICER** sejam suplantados, para que a empresa tenha capacidade de absorver a demanda de seus produtos nos próximos anos;
- Sejam mantidos e conservados os valores dos ativos e, especialmente, que a **OFFICER** seja valorizada e reconhecida no mercado, por sua qualidade, compromisso e excelência no ramo de tecnologia;
- A **OFFICER** se recupere, tornando-se a empresa rentável, viável, e que cumpra sua função social e econômica;

A relação completa e específica das medidas recomendadas para que se demonstre a viabilidade do presente **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** está descrita nos itens seguintes deste documento. No entanto, todas as providências para que haja uma bem-sucedida implantação do Plano de Negócios, terão as seguintes premissas:

- Gerenciamento das margens operacionais, concentrando seu foco nos melhores conceitos de precificação de produtos, serviços e custos operacionais;
- Reorganização Administrativa, em especial, com planejamento em recursos humanos;
- Ampliação de diferentes canais de vendas e negócios;

- Na medida da progressão do plano e de reconquista da confiança econômica, baratear o custo financeiro da empresa, negociando com instituições financeiras, *factoring* e fundos de investimentos;
- Reconquistar a confiança do mercado, entregando os produtos comercializados com qualidade e eficiência;
- Posicionar-se no mercado como uma das líderes do ramo de tecnologia no Brasil.

As medidas acima, se bem aplicadas e gerenciadas, certamente influenciarão positivamente no giro empresarial da **OFFICER** e, com o esforço de seus administradores e de todos os seus “*stakeholders*”, recuperará a empresa, propiciando a retomada de seu crescimento, o pagamento de seu passivo, e, ainda, a geração de empregos, o recolhimento de tributos, e a movimentação da economia local, enfim, propiciando cumprir, assim, na íntegra, o espírito norteador da Lei 11.101/05.

Mas não é só.

No presente Plano, a análise financeira dos resultados projetados foi feita, como pede o rigor, sob a perspectiva tridimensional da ciência e política contábeis, da moderna gestão no mercado globalizado, bem como a valorimetria do patrimônio líquido da empresa.

Os consultores da empresa cuidaram desde o primeiro momento desta fase, em reiterar políticas e implantar relatórios de acompanhamento que permitirão a constante verificação do andamento das operações para a necessária análise de alternativas e correção de rumos.

Entretanto, a melhor contribuição sobreveio na elaboração de um modelo de relatório que primou pela qualidade da projeção dos resultados a serem alcançados via a implementação deste Plano, feita a partir da captação das medidas de salvamento estudadas pela direção da **OFFICER**.

Citado modelo apresenta o resumo mensal dos resultados, que deverá ser sempre confrontado com os dados reais para as devidas avaliações, o que, em última análise, permite a identificação de eventuais desvios e a imediata implementação de ações corretivas, tornando o Plano facilmente acompanhável e muito flexível.

O modelo foi acoplado a um fluxo de caixa que reflete, em bases anuais, o cumprimento dos compromissos assumidos: a liquidação dos créditos de fornecedores.

Assim, foram as premissas da análise de viabilidade econômica da **OFFICER** sua força competitiva, o diferencial de seu *know how* no setor de tecnologia, o reconhecimento do mercado, a demanda de seus serviços e, especialmente, a análise de concorrentes e novos entrantes.

#### 4. DA REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 53, I da LRE)

##### 4.1. PREMISSAS BÁSICAS

A recuperação da **OFFICER** tem como premissa maior trabalhar e aperfeiçoar a eficácia operacional, com o fito de pagar seus credores, o que se traduz em prover resultado suficiente, ao longo dos anos, para quitar com a integralidade de suas obrigações.

Assim, o meio de recuperação da empresa será elaborar uma estratégia empresarial que melhore sua eficácia operacional, objetivando, assim, ser viável e gerar caixa, como premissa básica de valer a pena o esforço de todos, credores, empregados, Poder Judiciário e a sociedade em geral, dentro da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

A recuperação da **OFFICER** tem como princípio trabalhar e aprimorar a eficácia operacional da empresa, para pagamento dos credores através da **GERAÇÃO DE CAIXA**. O caixa gerado pela empresa será revertido na sua integralidade para pagamento dos credores.

Dessa forma, a **REESTRUTURAÇÃO/RECUPERAÇÃO** da **OFFICER** atenderá todos os requisitos legais e, especialmente, aqueles previstos no artigo 50 da LRE, abaixo transcrito:

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

I - concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II - cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

III - alteração do controle societário;

IV - substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;

V - concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;

VI - aumento de capital social;

VII - trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

VIII - redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

IX - dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

X - constituição de sociedade de credores;

XI - venda parcial dos bens;

XII - equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII - usufruto da empresa;

XIV - administração compartilhada;



XV - emissão de valores mobiliários;

XVI - constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor;

XVII - conversão de dívida em capital social;

XVIII - venda integral da devedora, desde que garantidas aos credores não submetidos ou não aderentes condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência, hipótese em que será, para todos os fins, considerada unidade produtiva isolada.

De se destacar que o artigo 50 da LRE não exaure os meios de **RECUPERAÇÃO DA EMPRESA**, até porque, por exemplo, não elenca os meios administrativos da recuperação, reestruturação e gestão da empresa, os quais se mostram de fundamental importância para a **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

Assim, neste plano, serão apresentados os meios de **REESTRUTURAÇÃO** e **RECUPERAÇÃO**, em conjunto, cumprindo na íntegra o espírito norteador da Lei 11.101/05, equilibrando os interesses dos sócios, dos credores e da sociedade em geral.

Na obra “Competição, *“on competition”*, estratégias competitivas essenciais” (Campus, 1999), Porter destaca lições de suas obras anteriores, em especial que a intensidade da competição e a rentabilidade de um setor não advêm de coincidência ou má sorte, mas sim de cinco forças competitivas:

- o poder dos clientes,
- o poder dos fornecedores,
- a ameaça de novos entrantes,
- a ameaça de produtos substitutos,
- o grau de rivalidade entre os atuais concorrentes.

São estas cinco forças que formam o famoso “diamante de Porter”, retratando que a chave do crescimento, e mesmo da sobrevivência das organizações, é a

demarcação de uma posição que seja menos vulnerável ao ataque dos adversários, já estabelecidos ou novos, e menos exposta ao desgaste decorrente da atuação dos clientes, fornecedores e produtos substitutos.

Assim, segundo o renomado estrategista empresarial, para o sucesso e crescimento da empresa, deve-se observar as forças do “diamante”, conforme diagrama abaixo:



Na presente, não se culpa fornecedores nem clientes da atual crise financeira da empresa, contudo, o que se mostra, até mesmo em virtude da necessidade de determinação legal, é que a **OFFICER** teve problemas financeiros por não conter o poder das forças acima apresentadas, especialmente reforçadas no período de pandemia.

O grande diferencial da **OFFICER** é sua capacidade de adequar-se à demanda e interesses de seus clientes, atendendo as demandas com excelência e transformando a satisfação de seus clientes em resultado financeiro para a empresa. É por isto que este plano se torna inteiramente viável.

Durante o processo de profissionalização, os gestores devem preocupar-se principalmente com as características e resultados de sucesso das empresas. Mudanças

são inevitáveis, e por vezes drásticas, mas há de se preocupar em não eliminar as características que permitiram a sobrevivência e o crescimento da empresa.

À vista disso, a estratégia a ser seguida será a de intensificar o foco empresarial para que, assim, haja uma consequente retomada de crescimento das empresas. Ter foco empresarial significa saber qual ou quais serão as atividades principais da empresa e se concentrar nestas atividades, reduzindo-se despesas com atividades desnecessárias.

O processo de captação de novos clientes envolve um trabalho de pesquisa do mercado e da possibilidade de agregar e/ou adaptar os produtos e serviços de sua empresa para atendimento desses potenciais clientes, sem renunciar às qualidades já existentes.

Deste modo, visando corrigir os fatores acima, aplicar-se-ão as premissas básicas para a **REESTRUTURAÇÃO** da **OFFICER**, que certamente trarão resultados positivos. Quais sejam:

#### 4.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVA

Diversas medidas Administrativas já estão sendo tomadas para a melhora da eficácia de atuação da **OFFICER**, dentre elas, pode-se especificar as abaixo descritas:

- Profissionalização;
- Aprimoramento do sistema de gestão, melhorando a qualidade e quantidade de informações, e viabilizando a tomada de decisões acertadas e rápidas;
- Reorganização dos recursos humanos da empresa;
- Criação de um Conselho interno consultivo da empresa;
- Adoção de Avaliação de desempenho dos profissionais da empresa.

Como reflexo positivo, as atuais negociações e relações mantidas pela **OFFICER** têm sido fielmente adimplidas, ao passo que a **OFFICER** tem retomado de forma crescente e sustentável a sua credibilidade no mercado.

Assim, ao profissionalizar a gestão das empresas, a visão dos Sócios e Diretores se baseou no empenho técnico dos profissionais, o que redundou imediatamente em uma melhora na eficácia operacional significativa.

Além do acima exposto, a melhora do sistema de gestão das empresas será fundamental para sua recuperação. É inequívoco, conforme preceitua Campos Filho, que o Sistema de gestão - do ponto de vista do seu gerenciamento - como uma combinação estruturada entre o componente práticas de trabalho (os métodos usados pelos recursos humanos para desempenhar suas atividades) com outros três componentes: informação (o conjunto de dados com forma e conteúdo adequados para um determinado uso); recursos humanos (quem coleta, processa, recupera e utiliza os dados); e tecnologias de informação (o conjunto de hardware e software que executa as tarefas de processamento das informações dos SI's).

A **OFFICER** poderá agir de forma acertada e rápida, ao possuir informação precisa e disponível, bem por isto, ao melhorar seus programas e sistemas de gestão, certamente deverá desenvolver mecanismos internos para prover e alimentar os dados necessários, dando assim o respaldo necessário para a tomada de decisões.

Em suma, estas são as medidas administrativas que já se iniciaram, para a **RECUPERAÇÃO** e **VIABILIDADE** da **OFFICER**.

#### 4.3. MEDIDAS FINANCEIRAS

A premissa financeira da **OFFICER** é gerir seu caixa de maneira a otimizar ao máximo os recursos e fazer frente aos compromissos de curto prazo. É inequívoco que em um momento de escassez do crédito, a gestão de caixa torna-se um ponto crítico para as empresas em dificuldades financeiras ou com desempenho deficitário. A **OFFICER** usará de forma mais eficiente o capital de giro, para reduzir a dependência de dinheiro externo.

### 5. DO PAGAMENTO AOS CREDITORES

#### 5.1 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PAGAMENTO DOS CREDITORES

Os credores sujeitos ao presente processo e abrangidos pelo presente Plano serão pagos mediante parcelas mensais/semestrais – a depender da classificação dos credores, iguais e sucessivas, nos termos delineados a partir dos tópicos seguintes.

Os pagamentos serão efetuados mediante transferência eletrônica (TED ou PIX) por parte de **OFFICER**, devendo os dados bancários e a opção de depósito ser encaminhados pelos credores via carta registrada com aviso de recebimento direcionada à sua sede, no seguinte endereço:

- Av. Sagitário, nº 138, 8º Andar, conjuntos 801A, 805A, 814A e 818A, Torre 1, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri /SP, CEP 06.473 -073.

A correspondência com a indicação dos dados bancários deverá ser encaminhada em até 30 (trinta) dias a contar da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.

Eventual atraso nos pagamentos ocorrido pelo não envio de conta não será considerado como descumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

## **5.2 DA DESTINAÇÃO DOS CRÉDITOS DE PIS/COFINS CONSTITUÍDOS EM FAVOR DA OFFICER PARA A ACELERAÇÃO DOS PAGAMENTOS**

A **OFFICER** obteve em seu favor a constituição definitiva de crédito de PIS e COFINS oriundos dos julgamentos dos Mandados de Segurança de nº 0042243-70.2000.4.03.6100 e nº 0022313-22.2007.4.03.6100, com trânsito em julgado nas datas de 15/08/2019 e 17/09/2021, respectivamente.

As referidas medidas judiciais - já transitadas em julgado, resultaram no reconhecimento do direito da Recuperanda à exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de saída de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo-se o direito à compensação dos valores pagos indevidamente a esse título, nos termos da legislação de regência.

Entende-se, pois, com fundamento em ilibado laudo técnico-contábil realizado por profissional especializado (**Doc. 01**), que o valor do direito creditório reconhecido em favor da **OFFICER**, calculado para o período de janeiro de 2000 a setembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 122.170.786,53 (cento e vinte e dois milhões cento e setenta mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos), livre e desembaraçado de qualquer ônus.

O referido valor é suficiente a garantir a integralidade do passivo sujeito à presente recuperação judicial, o qual, com base na relação inicial juntada pela **OFFICER** nos termos do art. 51, III, da Lei 11.101/05, na monta de R\$ 105.881.910,47 (cento e cinco milhões oitocentos e oitenta e um mil novecentos e dez reais e quarenta e sete centavos).

Conforme laudo elaborado, a atualização do referido direito creditório é demonstrada a partir do seguinte quadro:

|              | PIS           |               |                    | COFINS        |               |                    | TOTAL PIS/COFINS |               |                    |
|--------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|--------------------|------------------|---------------|--------------------|
|              | Principal     | Juros Selic   | Crédito Atualizado | Principal     | Juros Selic   | Crédito Atualizado | Principal        | Juros Selic   | Crédito Atualizado |
| Total - 2000 | 132.564,52    | 318.810,44    | 451.374,95         | 611.836,23    | 1.471.432,79  | 2.083.269,02       | 744.400,75       | 1.790.243,22  | 2.534.643,97       |
| Total - 2001 | 142.201,79    | 319.701,28    | 461.903,07         | 656.315,94    | 1.475.544,37  | 2.131.860,31       | 798.517,72       | 1.795.245,66  | 2.593.763,38       |
| Total - 2002 | 130.759,43    | 272.337,34    | 403.096,77         | 603.505,06    | 1.256.941,59  | 1.860.446,65       | 734.264,48       | 1.529.278,94  | 2.263.543,42       |
| Total - 2003 | 132.806,96    | 248.519,08    | 381.326,03         | 612.955,19    | 1.147.011,13  | 1.759.966,31       | 745.762,15       | 1.395.530,20  | 2.141.292,35       |
| Total - 2004 | 501.069,13    | 850.552,70    | 1.351.621,84       | 2.307.954,79  | 3.917.697,30  | 6.225.652,09       | 2.809.023,93     | 4.768.250,00  | 7.577.273,93       |
| Total - 2005 | 636.267,04    | 977.157,71    | 1.613.424,75       | 2.930.684,54  | 4.500.847,64  | 7.431.532,18       | 3.566.951,57     | 5.478.005,35  | 9.044.956,92       |
| Total - 2006 | 574.042,76    | 779.380,27    | 1.353.423,02       | 2.643.414,27  | 3.588.966,44  | 6.232.380,71       | 3.217.457,03     | 4.368.346,70  | 7.585.803,73       |
| Total - 2007 | 994.911,73    | 1.250.575,51  | 2.245.487,24       | 4.581.975,81  | 5.759.412,03  | 10.341.387,84      | 5.576.887,54     | 7.009.987,54  | 12.586.875,08      |
| Total - 2008 | 1.127.367,88  | 1.291.837,65  | 2.419.205,54       | 5.192.064,56  | 5.949.523,09  | 11.141.587,65      | 6.319.432,44     | 7.241.360,75  | 13.560.793,19      |
| Total - 2009 | 919.150,55    | 956.927,00    | 1.876.077,55       | 4.233.172,49  | 4.407.155,34  | 8.640.327,82       | 5.152.323,04     | 5.364.082,34  | 10.516.405,37      |
| Total - 2010 | 771.248,86    | 729.780,52    | 1.501.029,38       | 3.551.831,76  | 3.360.856,29  | 6.912.688,04       | 4.323.080,62     | 4.090.636,81  | 8.413.717,43       |
| Total - 2011 | 960.757,97    | 807.786,71    | 1.768.544,68       | 4.424.691,99  | 3.720.195,08  | 8.144.887,07       | 5.385.449,96     | 4.527.981,79  | 9.913.431,75       |
| Total - 2012 | 695.274,22    | 519.310,11    | 1.214.584,33       | 3.203.297,95  | 2.392.631,68  | 5.595.929,62       | 3.898.572,16     | 2.911.941,79  | 6.810.513,95       |
| Total - 2013 | 517.552,76    | 343.384,08    | 860.936,84         | 2.383.631,62  | 1.581.482,86  | 3.965.114,48       | 2.901.184,38     | 1.924.866,94  | 4.826.051,32       |
| Total - 2014 | 1.091.984,36  | 623.181,28    | 1.715.165,65       | 5.029.479,71  | 2.870.256,13  | 7.899.735,84       | 6.121.464,07     | 3.493.437,41  | 9.614.901,48       |
| Total - 2015 | 576.229,99    | 275.009,56    | 851.239,55         | 2.654.061,82  | 1.266.666,31  | 3.920.728,13       | 3.230.291,80     | 1.541.675,87  | 4.771.967,68       |
| Total - 2016 | 184.351,22    | 59.806,63     | 244.157,85         | 849.086,24    | 275.457,94    | 1.124.544,19       | 1.033.437,47     | 335.264,57    | 1.368.702,04       |
| Total - 2017 | 289.580,51    | 61.641,36     | 351.221,87         | 1.333.744,90  | 283.906,83    | 1.617.651,73       | 1.623.325,41     | 345.548,20    | 1.968.873,60       |
| Total - 2018 | 357.232,59    | 50.774,52     | 408.007,11         | 1.645.310,34  | 233.852,58    | 1.879.162,93       | 2.002.542,93     | 284.627,10    | 2.287.170,03       |
| Total - 2019 | 292.862,10    | 26.474,09     | 319.336,19         | 1.348.837,77  | 121.931,94    | 1.470.769,71       | 1.641.699,87     | 148.406,03    | 1.790.105,90       |
|              | 11.028.216,36 | 10.762.947,85 | 21.791.164,21      | 50.797.852,96 | 49.581.769,35 | 100.379.622,32     | 61.826.069,32    | 60.344.717,21 | 122.170.786,53     |

O objetivo da **OFFICER** é destinar os valores obtidos a título de crédito fiscal com o objetivo de impulsionar o giro da empresa e, paralelamente, direcioná-los como aceleração de pagamento dos valores devidos aos credores sujeitos ao presente procedimento.

Os percentuais de destinação recairão sobre o valor de efetiva comercialização do título no mercado.

Com o fim de injetar capital às operações da **OFFICER**, foi requerido ao Juízo Recuperacional, em 07.01.2021, a oneração inicial de 20% (vinte por cento) do valor atualizado dos créditos fiscais, a ser integralmente revertidos ao capital de giro da empresa.

Diante disso, ocorrendo o deferimento da alienação nos moldes requeridos acima, a **OFFICER** destinará a parcela de 80% (oitenta por cento) do valor do direito creditório, desde que não onerada em garantia aos credores, na seguinte proporção:

- 70% (setenta por cento) do saldo remanescente para o capital de giro das operações da **OFFICER**; e
- 30% (trinta por cento) do saldo remanescente para a aceleração do pagamento dos créditos sujeitos ao presente procedimento, na seguinte medida:
  - 40% (quarenta por cento) do saldo destinado à aceleração dos pagamentos devidos aos credores trabalhistas;
  - 10% (dez por cento) do saldo destinado à aceleração dos credores detentores de Garantia Real, Quirografários e enquadrados como Microempresas e Empresa de Pequeno Porte;
  - 50% (cinquenta por cento) do saldo destinado à aceleração dos credores aderentes à disposição de “CREDOR COLABORADOR FORNECEDOR”, sendo 40% (quarenta por cento) aos colaboradores que efetivamente concluírem negócios com a **OFFICER**, nos moldes da Cláusula 6.

A destinação dos valores nos termos acima se dará a partir da efetiva comercialização do direito creditório perante terceiros interessados em sua aquisição, oportunidade em que a **OFFICER** comunicará ao Administrador Judicial os detalhes da operação.

O valor base para apuração dos percentuais acima será calculado sobre o valor de efetiva comercialização do título.

### 5.3 CREDORES TRABALHISTAS

É cediço que o comando legal do artigo 54, da lei 11.101/05, determina que o prazo máximo para quitação das verbas trabalhistas deverá ser de 01 (um) ano.

Há uma omissão legislativa porque aludido dispositivo de Lei não prevê o “*dies a quo*” para a contagem do aludido prazo de um ano, e, enquanto muitos doutrinadores entendem que este se conta da aprovação do Plano pela Assembleia Geral de credores, outros ilustres doutrinadores, acreditam que a contagem do aludido prazo se inicia do protocolo do pedido.

Sobre a omissão legislativa acerca do início da contagem dos 12 (doze) meses, veja-se o que determina o artigo 54 da LFRJ:

*Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.*

Para o presente Plano, estabelece-se que o prazo em questão será contado a **partir da sua homologação**, em consonância à visão da majoritária parcela da doutrina, a exemplo de Marcelo Barbosa Sacramone:

**O prazo de um ano deverá começar a partir da possibilidade de o devedor satisfazer seus credores, o que deverá ser computado a partir da homologação da Assembleia Geral de Credores.** A partir da homologação, o devedor poderá satisfazer seus credores conforme o plano de recuperação judicial, **sem que, com isso, dê tratamento preferencial a alguns credores em detrimento de outros.** Antes da homologação, o devedor não poderá satisfazer suas obrigações previstas no plano de recuperação judicial, de modo que não é justificável que o prazo de pagamento conte a partir de momento anterior, seja a distribuição do pedido de recuperação ou a mera aprovação em Assembleia Geral de Credores. Nesse ponto, inclusive, ressalto que a mera aprovação dos credores não significa, necessariamente, que a recuperação judicial será concedida, de modo que ainda não ocorreu a novação recuperacional e que o devedor não poderá satisfazer ainda suas obrigações” (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, 2ª ed., 2019, pgs. 250-1.)



Com as recentes alterações propostas pela Lei 14.112/20, a legislação autoriza que o aludido prazo de 1 (um) ano seja prorrogado em até 2 (dois) anos, totalizando o limite de 3 (três) anos para pagamento da classe, desde que observados os seguintes requisitos:

**Art. 54.** *O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.*

*§ 1º. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.*

*§ 2º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser estendido em até 2 (dois) anos, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, cumulativamente:*

*I - apresentação de garantias julgadas suficientes pelo juiz;*

*II - aprovação pelos credores titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho, na forma do § 2º do art. 45 desta Lei; e*

*III - garantia da integralidade do pagamento dos créditos trabalhistas.*

Importante trazer à baila os valiosos comentários de Marcelo Barbosa Sacramone acerca das alterações legislativas promovidas pela Lei 14.112/20:

*“Pela alteração legislativa, passou-se a admitir a extensão do prazo de um ano de pagamento em até dois anos. Dessa forma, o devedor*

*poderá promover o pagamento dos credores trabalhistas ou com verbas decorrentes de acidente de trabalho para um período máximo de três anos, mas desde que sejam atendidos requisitos para a garantia de pagamento integral dos referidos créditos”*

Dessa feita, a proposta de pagamento para o pagamento dos créditos devidos à **CLASSE TRABALHISTA** se dará da seguinte forma:

a) Créditos até 20 (vinte salários-mínimos):

- Carência de 6 (seis) meses contada a partir da publicação da decisão que homologar o Plano.
- Pagamento em 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias a contar do término da carência;
- Sobre o valor de cada parcela incidirá juros de 3% ao ano e correção monetária pelo índice TR de forma mensal, calculados sobre o valor total do crédito, a contar da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Garantia até o limite do valor devido à Classe por meio do direito de crédito fiscal de PIS e COFINS havido pela **OFFICER** nos autos dos Mandados de Segurança de nº 0042243-70.2000.4.03.6100 e nº 0022313-22.2007.4.03.6100,
- Na eventualidade de alienação do direito de crédito, o remanescente será objeto de ACELERAÇÃO nos termos previstos na Cláusula 5.2, observado o percentual previsto para a classe trabalhista.

b) Créditos de 21 (vinte) salários-mínimos até 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos:

- Carência de 6 (seis) meses contada a partir da publicação da decisão que homologar o Plano.
- Pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 (trinta) dias a contar do término da carência;
- Sobre o valor de cada parcela incidirá juros de 3% ao ano e correção monetária pelo índice TR de forma mensal, calculados sobre o valor total do crédito, a contar da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Garantia até o limite do valor devido à Classe por meio do direito de crédito fiscal de PIS e COFINS havido pela **OFFICER** nos autos dos Mandados de Segurança de nº 0042243-70.2000.4.03.6100 e nº 0022313-22.2007.4.03.6100;
- Na eventualidade de alienação do direito de crédito, o remanescente será objeto de ACELERAÇÃO nos termos previstos na Cláusula 5.2, observado o percentual previsto para a classe trabalhista.

c) Créditos superiores a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos:

- Os créditos de valor superior ao limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos terão o excedente pago na forma estabelecida aos credores quirografários, por aplicação analógica ao estabelecido pelo art. 83, I da Lei 11.101/05<sup>1</sup>.

As medidas de pagamento para os CREDITORES TRABALHISTAS acima previstas, se adequam à literalidade da Lei 11.101/2005, em respeito aos seus princípios

---

<sup>1</sup> Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;

norteadores, motivo pelo qual a **OFFICER** assume os compromissos acima como sérios e incondicionais, respeitando, assim, a essência da LRE.

Por fim, caso algum crédito decorrente da Classe I venha a ser reconhecido no curso da Recuperação Judicial, após a homologação do Plano de Recuperação, o prazo inicial para pagamento se dará após o trânsito em julgado da decisão proferida pelo D. Juízo Recuperacional que o reconhecer.

Caso, ainda, eventual crédito decorrente da Classe I seja reconhecido após o pagamento da ACELERAÇÃO por conta da alienação do título em garantia, serão adimplidos em 12 (doze) parcelas mensais, sendo o prazo inicial para pagamento contado com o trânsito em julgado da decisão proferida pelo D. Juízo Recuperacional que o reconhecer.

## **5.2. CREDORES DETENTORES DE GARANTIA REAL, QUIROGRAFÁRIOS, E ENQUADRADOS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Os credores arrolados às Classes II (Garantia Real), III (Quirografários) e IV (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) serão abordados em conjunto por receberem as mesmas condições de pagamento

Os credores arrolados às classes acima serão adimplidos com observância às seguintes condições:

- Pagamento do crédito principal com a aplicação de 90% (noventa por cento) de deságio;
- 24 (vinte e quatro) meses de carência, a contar da data da publicação da decisão que homologar o presente Plano;
- Pagamento da primeira parcela semestral em 30 (trinta) dias a contar do término da carência;
- Pagamento em 40 (quarenta) parcelas semestrais iguais e sucessivas até a quitação da dívida sujeita com a aplicação do deságio;
- Sobre o valor de cada parcela incidirá juros de 3% ao ano e correção monetária pelo índice TR de forma mensal, calculados sobre o valor

total do crédito, a contar da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;

Para a obtenção da forma correta que possibilite o pagamento nos moldes acima, foi elaborado um detalhado fluxo de caixa, já prevendo os resultados financeiros decorrentes das ações do plano de recuperação judicial, e as estimativas de resultados futuros.

Projetou-se o fluxo de caixa de acordo com as previsões de mercado, de modo a viabilizar o pagamento aos credores, dentro de um período razoável, sem que o adimplemento da obrigação seja descumprido.

A essas projeções foram incluídas todas as economias possíveis decorrentes das ações já tomadas, o aumento do faturamento via criteriosa seleção das operações rentáveis, bem como considerou-se um crescimento mínimo, de acordo com a inflação, totalmente possível em face das medidas tomadas, do conhecimento do mercado e das possibilidades da atual estrutura.

Na eventualidade de alienação do direito de crédito, o remanescente será objeto de ACELERAÇÃO nos termos previstos na Cláusula 5.2, observado o percentual previsto para as Classes II, III e IV.

A aceleração do pagamento será realizada mediante depósito em conta dos credores que indicaram os dados bancários, de acordo com seu percentual de crédito.

## 6. CREDITORES COLABORADORES

Será, diante dessa cláusula, dada a condição de **CREDOR COLABORADOR** àqueles que, enquadrados como credores na presente recuperação

judicial, (i) fornecerem bens e produtos, (ii) prestarem serviços, ou (iii) concederem linha de créditos financeiros à **OFFICER**, mediante pagamento com prazo a ser estabelecido.

A presente cláusula abrange o fornecimento de bens e produtos comercializados pela **OFFICER** nos moldes de seu objeto social, mantendo uma tabela competitiva de precificação, em igualdade de condições a outros *players* do mercado.

Aos **CREDORES COLABORADORES** serão concedidas as seguintes condições de pagamento do crédito arrolado:

- Pagamento do crédito principal sem a aplicação de deságio;
- 90 (noventa) dias de carência, a contar da data da publicação da decisão que homologar o presente Plano;
- Pagamento da primeira parcela mensal em 30 (trinta) dias a contar do término da carência;
- Pagamento em 240 (duzentos e quarenta) meses, em parcelas mensais iguais e sucessivas até a quitação da dívida sujeita;
- Sobre o valor de cada parcela incidirá juros de 3% (três por cento) ao ano e correção monetária pelo índice TR de forma mensal, calculados sobre o valor total do crédito, a contar da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Garantia integral do crédito sujeito por meio da oneração parcial do direito de crédito fiscal de PIS e COFINS havido pela **OFFICER** nos autos dos Mandados de Segurança de nº 0042243-70.2000.4.03.6100 e nº 0022313-22.2007.4.03.6100, a ser direcionada aos credores que efetivamente concluírem relações com a **OFFICER**.

Os credores aderentes à presente condição deverão manifestar seu interesse mediante a subscrição de TERMO DE ADESÃO em até 60 (sessenta) dias corridos a contar da publicação da decisão que homologar o presente Plano, que deverá ser apresentado à **OFFICER**, via carta registrada, ao endereço da sede da empresa:

- Av. Sagitário, nº 138, 8º Andar, conjuntos 801A, 805A, 814A e 818A, Torre 1, Sítio Tamboré Alphaville, Barueri /SP, CEP 06.473 -073.

A cada operação realizada entre a **OFFICER** e os **CREDORES COLABORADORES** aderentes, a dívida total sujeita será amortizada em 5% (cinco por cento) do valor líquido da nota fiscal, quando da concretização do negócio, abatendo-se do valor total a ser pago mensalmente.

No caso de **CREDORES COLABORADORES** na modalidade financeira, a amortização será sobre a efetiva liberação de crédito à **OFFICER**, na proporção de 5% (cinco por cento) sobre o crédito concedido.

A amortização se dará até a liquidação total do saldo remanescente das parcelas fixas mensais, sempre observando-se a efetiva concretização de negócios entre a **OFFICER** e seus **CREDORES COLABORADORES**.

A **OFFICER** e os **CREDORES COLABORADORES** poderão proceder à formalização de contrato individual estipulando as premissas da amortização no fornecimento de produtos, prestação de serviços ou liberação de linhas de crédito, sendo facultada a (i) previsão de liberação gradual de eventual garantia total concedida **OU** (ii) a concessão de prazo ou crédito na relação comercial, com manutenção integral da garantia até a efetiva quitação, sendo vedado o estabelecimento de condições divergentes não previstas no presente Plano.

A efetiva comercialização dos bens e produtos, prestação de serviços e obtenção de linhas de crédito ficará a critério da necessidade operacional da **OFFICER**.

## 7. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O texto do art. 61, da Lei 11.101/05, recém modificado pelo advento da Lei 14.112/20, estabelece que, proferida a decisão de concessão da Recuperação Judicial e homologação do Plano aprovado, o juiz **poderá** determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até o cumprimento das obrigações vencidas até 2 (dois) anos da concessão:

Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial, independentemente do eventual período de carência.

Conforme entendimento da doutrina especializada, a alteração ao conteúdo do art. 61 da Lei 11.101/05 implica em relevantes repercussões práticas, sobretudo conferido maior flexibilidade às regras atinentes ao encerramento da Recuperação Judicial, com respaldo no art. 63 do diploma legal.

Na visão de Manoel Justino Bezerra Filho:

“Este art. 61 sofreu pequena alteração, porém de grande repercussão prática. Na redação anterior, o artigo estabelecia a obrigatoria permanência do devedor em recuperação judicial por dois anos após a concessão da recuperação, na forma do art. 58. A reforma alterou a redação para estabelecer que “o juiz **poderá determinar a manutenção do devedor**” em recuperação pelo prazo máximo de 2 anos. Paulo Furtado de Oliveira Filho observa (Pontos relevantes e controversos da reforma, pg. 57) **que a Lei foi alterada “com o objetivo de eliminar o prazo de fiscalização de dois anos”**. Logo adiante, (pgs. 60/62) alinha razões pelas quais entende que o mais recomendável é que o juiz não estabeleça esse prazo e que, fora de casos excepcionais, “o processo



**deve ser encerrado no ato em que o juiz conceder a recuperação, por sentença e não decisão**".

Com razão, este prazo de 2 anos de fiscalização acaba trazendo mais prejuízos, de forma geral. Para o devedor, que se mantém em estado de recuperação e sofre todas as limitações de crédito que essa condição acaba desencadeando; para o Judiciário, que durante mais dois anos precisará exercer a fiscalização; e para o credor, que inexistente este prazo, poderá desde logo exercer seus direitos decorrentes do crédito, se não houver cumprimento.

No entanto, a não fixação do prazo de 2 anos acaba por causar aos credores em geral a sensível desvantagem de não poderem se valer do § 2º do art. 61, que prevê a reconstituição dos direitos e das garantias originais em caso de descumprimento e consequente decreto de falência.

Enfim, **em cada caso, o juiz, sopesando a situação fática configurada no momento, avaliando todos os direitos e as obrigações das partes, eventualmente ouvindo os interessados, MP e AJ, decidirá da forma que entender melhor, sempre fundamentando o que decidir, expondo quais razões o levaram a optar por uma ou outra forma de prosseguimento.**"

A possibilidade de encerramento também se alinha à posição de Fábio Ulhoa Coelho:

"De quatro formas diferentes se encerra o processo de recuperação judicial.

A primeira se verifica na hipótese de **concessão sem supervisão judicial**. Na mesma sentença em que o juiz homologa o plano aprovado na AGC e concede a recuperação judicial, ele decide se

submeterá o devedor à supervisão judicial de dois anos, ou não. **Se não determinar a supervisão judicial, ainda na mesma sentença deve encerrar o processo. (...)**

Assim, constata-se que o objetivo da alteração legislativa foi, em verdade, conferir aspectos mais dinâmicos ao procedimento recuperacional, considerando as especificidades de cada caso e visando conciliar os benefícios atribuíveis aos credores, ao judiciária, e a própria empresa Recuperanda.

Portanto, a **OFFICER** propõe, à comunidade de credores, a flexibilização da regra do art. 61 da Lei 11.101/05, afastando-se a obrigatoriedade do período de fiscalização pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, a fim de que seja autorizado o oportuno pleito de encerramento, nos termos do art. 63 do diploma legal em voga.

Independentemente do cenário de encerramento acima exposto, nos termos do art. 63, I, da Lei 11.101/05, a **OFFICER** se manterá adimplente em relação aos honorários devidos à Administradora Judicial.

## **7. OPERAÇÕES ENVOLVENDO O FINANCIAMENTO DA EMPRESA**

### **7.1 “DIP FINANCING”**

Na data de 24.12.20, foi sancionada a Lei 14.112/20, que cuidou de inserir significativas alterações à Lei 11.101/05, especialmente no que tange ao tratamento diferenciado ao *DIP Financing*, modalidade de financiamento acolhida e importada do direito estadunidense pelo ordenamento jurídico brasileiro, discurrida na Seção IV-A, Artigo 69-A e seguintes.

A salutar e necessária mudança com a introdução expressa do *DIP Financing* (*Debtor in possession*) visa viabilizar fontes de financiamentos com segurança às empresas que se utilizam do socorro legal da Recuperação Judicial a superarem a

crise de liquidez, proporcionando ao financiador estabilidade e privilégios processuais anteriormente inexistentes.

A sistematização do *DIP Financing* no atual ordenamento jurídico brasileiro de insolvência, introduziu o quanto segue:

*Art. 69-A. Durante a recuperação judicial, nos termos dos arts. 66 e 67 desta Lei, o juiz poderá, depois de ouvido o Comitê de Credores, autorizar a celebração de contratos de financiamento com o devedor, garantidos pela oneração ou pela alienação fiduciária de bens e direitos, seus ou de terceiros, pertencentes ao ativo não circulante, para financiar as suas atividades e as despesas de reestruturação ou de preservação do valor de ativos.’*

Mostra-se, logo, valorosa a inserção legislativa à medida que o financiamento proporciona segurança àqueles que financiam empresas em Recuperação Judicial, ante aos inegáveis riscos anteriormente existentes nas operações de crédito.

Os arranjos negociais e estruturas jurídicas para incremento e viabilização do fomento não são taxativos e restritivos, desde que observados requisitos existentes na determinação legislativa de: *i)* autorização prévia do Juízo Recuperacional e; *ii)* oitiva do Comitê de Credores, caso constituído.

O novel procedimento tem como finalidade atender ao princípio da preservação da empresa, o interesse social envolvido, observada a ordem econômica constante no

Artigo 170 e seguintes da Constituição Federal.

Atendidos os requisitos legais, o *DIP Financing* será autorizado quando constituir efetivo benefício à **OFFICER**, viabilizando a manutenção das atividades produtivas, a geração de empregos e o pagamento dos credores.

A **OFFICER** propõe, com relação a 70% (setenta por cento) do remanescente do valor do direito creditório, conforme estabelecido na Cláusula 5.2 do presente, a possibilidade de celebração de contratos de financiamento com quem porventura se interesse, objetivando o adiantamento de recursos a serem voltados ao capital de giro da sociedade empresária.

A realização de eventuais contratos de tais modalidades serão promovidas pela **OFFICER**, com o aval dos credores mediante a aprovação do presente Plano, a partir de sua efetiva homologação pelo D. Juízo Recuperacional, enquanto perdurar a Recuperação Judicial.

## 8. FORMAS ALTERNATIVAS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

### 8.1 UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA (UPI)

De modo a preservar sua sustentabilidade econômica e permitir a solução de seus passivos, algumas vendas de ativos são opções que podem ainda ampliar a manutenção de empregos e a geração de receitas da empresa e da Unidade Produtiva Isolada que seja vendida.

A UPI engloba, mas não se limita, a todos os ativos tangíveis e intangíveis, máquinas, equipamentos, ferramentas, instalações, bens, direitos e contratos necessários para a boa operação da respectiva UPI, podendo incluir seus empregados, sob a égide de cessão de contratos de trabalho, novos contratos de trabalho ou não.

Os recursos provenientes da venda deverão ser destinados a quitação integral dos credores arrolados na Recuperação Judicial da **OFFICER**, sendo que neste caso, todos os credores receberão 100% (cem por cento) de seus créditos, com a aplicação de deságio nos moldes estabelecidos na Cláusula 5.

Poderá compor uma UPI o direito creditício havido pela **OFFICER** a partir da constituição definitiva de crédito de PIS e COFINS oriundos dos julgamentos dos Mandados de Segurança de nº 0042243-70.2000.4.03.6100 e nº 0022313-22.2007.4.03.6100, com trânsito em julgado nas datas de 15/08/2019 e 17/09/2021, respectivamente.

O valor do direito creditório reconhecido em favor da **OFFICER**, calculado para o período de janeiro de 2000 a setembro de 2019, perfaz o montante de R\$ 122.170.786,53 (cento e vinte e dois milhões cento e setenta mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos), livre e desembaraçado de qualquer ônus.

A forma da realização da alienação da UPI poderá ser delineada a partir da apresentação de Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, a ser submetida ao crivo dos credores em ato assemblear.

## 9. CONCLUSÃO

O Plano de Recuperação Judicial como ora proposto atende cabalmente aos princípios da Lei 11.101/2005, no sentido da tomada de medidas aptas à recuperação financeira, econômica e comercial da **OFFICER**.

O presente cumpre a finalidade da lei de forma detalhada e minuciosa, sendo instruído com planilhas financeiras de fluxo de caixa, de probabilidade de pagamento aos credores, bem ainda, com laudo avaliatório rigorosamente formulado.

Saliente-se ainda que o plano de recuperação ora apresentado demonstra a viabilidade econômica da **OFFICER**, através de diferentes projeções financeiras que explicitam a cabal viabilidade financeira e econômica, desde que conferidos novos prazos e condições de pagamentos aos credores.

Desta forma, considerando que a recuperação financeira da **OFFICER** é medida que trará benefícios a sociedade como um todo, através da geração de empregos e riqueza ao País, somado ao fato de que as medidas financeiras, de marketing e de

reestruturação interna, em conjunto com o parcelamento de débitos são condições que possibilitarão a efetiva retomada dos negócios, temos que, ao teor da Lei 11.101/2005 e de seus princípios norteadores, que prevê a possibilidade de concessões judiciais e de credores para a efetiva recuperação Judicial de Empresas, temos o presente plano como a cabal solução para a continuidade da empresa.

**OFFICER S.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA (EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

REGIANE DE  
JESUS TORRES  
ROSSETI:25844  
548825

Assinado de forma  
digital por REGIANE  
DE JESUS TORRES  
ROSSETI:25844548825  
Dados: 2022.01.17  
21:04:00 -03'00'

LUCIANO  
KUBRUSLY:1  
4405617880

Assinado de forma  
digital por LUCIANO  
KUBRUSLY:14405617  
880  
Dados: 2022.01.17  
21:04:21 -03'00'

OFFICER S. A.  
DISTRIBUIDORA DE  
PRODUTOS DE  
TECNOL:71702716  
000189

Assinado de forma digital  
por OFFICER S. A.  
DISTRIBUIDORA DE  
PRODUTOS DE  
TECNOL:71702716000189  
Dados: 2022.01.17  
21:04:41 -03'00'